

SUMÁRIO

Unidade Didática I

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS



CAPÍTULO 1

CONCEITO E APLICABILIDADE DAS NORMAS 49

1. Conceito de contabilidade aplicada ao setor público 49
2. Normas contábeis 50
3. Campo de aplicação da contabilidade pública 50
 - 3.1. Empresas Estatais Dependentes - EED 51
 - 3.2. Conselhos Profissionais 53
 - 3.3. Serviços Sociais Autônomos 53
4. Usuários da informação contábil no setor público 55
5. Lista de questões objetivas 55
6. Lista de questões discursivas 65



CAPÍTULO 2

PARA ONDE CAMINHA A CONTABILIDADE PÚBLICA? 67

1. Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade 67
2. Evolução das normas 69
 - 2.1. Mudanças recentes 74
 - 2.2. O impacto da EC 108/2020 sobre a contabilidade pública 74
3. Lista de questões discursivas 75



Capítulo contém questões discursivas

CAPÍTULO 3**ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO: CONCEITOS INICIAIS ... 79**

1. Ativo	79
2. Passivo	80
3. Patrimônio líquido	81
4. Critério de segregação do ativo e passivo pela STN com base nos atributos da conversibilidade e exigibilidade	81
5. Critério de segregação de ativo e passivo pela Lei 4.320/1964	81
6. Lista de questões objetivas	83

CAPÍTULO 4**BENS PÚBLICOS 91**

1. Classificação	91
2. Lista de questões objetivas	93

Unidade Didática II**ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS****CAPÍTULO 5****INGRESSOS E DISPÊNDIOS 99**

1. Ingressos e dispêndios	99
2. Situações especiais	103
2.1. Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar: inscrição e cancelamento	103
2.2. SOC – Superávit do Orçamento Corrente	104
2.3. Receitas dos Conselhos Profissionais e dos Serviços Sociais Autônomos	105
3. Corolários	105
4. Lista de questões objetivas	106

**CAPÍTULO 6****RECEITA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 115**

1. Classificações existentes	115
2. Classificação da receita quanto à natureza	117
2.1. Classificação da receita quanto à categoria econômica – 1º nível quanto à natureza	120
2.2. Classificação da receita quanto à origem – 2º nível quanto à natureza	121

2.3.	Classificação da receita quanto à espécie e quanto ao desdobramento para identificação de peculiaridades da receita – 3º e 4º níveis quanto à natureza	124
2.4.	Classificação da receita quanto ao Tipo – 5º nível quanto à natureza	125
2.5.	Situações Especiais	130
2.5.1.	Taxa de ocupação de imóveis	130
2.5.2.	“Taxa” de inscrição em concursos públicos	130
2.5.3.	Dividendos e royalties	130
2.5.4.	Juros e aplicações financeiras	130
2.5.5.	Juros e amortização de empréstimos	131
2.5.6.	Concessões, permissões e pedágios	131
2.5.7.	Alienação de bens apreendidos ou caucionados	131
2.5.8.	Empréstimos compulsórios	131
2.5.9.	Alienação de estoques reguladores	131
2.5.10.	Receitas de transferências correntes e receitas de transferência de capital	131
2.5.11.	Doações	132
2.5.12.	Aplicações financeiras no mercado e aplicações financeiras na conta única	132
2.5.13.	Alienação de títulos, alienação de investimentos	132
2.5.14.	Excedente da cessão onerosa do pré-sal	132
3.	Classificação da receita por Fonte	133
3.1.	Códigos Utilizados	135
3.2.	Aplicações da fonte de recursos na União	138
4.	Classificação da receita para apuração do resultado primário	141
5.	Classificação por esfera orçamentária	142
6.	Classificação da receita quanto aos efeitos sobre o patrimônio líquido – aspecto contábil	143
7.	Classificação da receita quanto à coercitividade	144
8.	Classificação da receita quanto à periodicidade	145
9.	Tabela resumo	146
10.	Lista de questões objetivas	147
11.	Lista de questões discursivas	162

CAPÍTULO 7

RECEITA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS	167
1. Etapas e estágios da receita orçamentária	167
2. Etapa de planejamento	168

3.	Etapa de execução	168
3.1.	Lançamento	168
3.2.	Arrecadação	170
3.3.	Recolhimento	170
4.	Etapa de controle e avaliação	170
5.	Considerações finais	171
5.1.	Receitas orçamentárias	171
5.2.	Receitas extraorçamentárias	171
6.	Corolário	171
7.	Lista de questões objetivas	171



CAPÍTULO 8

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 179

1.	Classificações existentes	179
2.	Classificação da despesa por esfera orçamentária	182
3.	Classificação institucional	183
4.	Classificação funcional	185
4.1.	Função	186
4.2.	Subfunção	191
5.	Classificação Programática	194
5.1.	Programa	194
5.2.	Ação	195
5.3.	Subtítulos	198
5.4.	Plano Orçamentário	198
5.5.	Padronização de ações no âmbito federal	201
5.6.	Meta física	201
6.	Classificação por idoc, iduso e fonte de recursos	203
7.	Classificação quanto à natureza ("classificação econômica")	222
7.1.	Classificação da despesa quanto à categoria econômica visão 4.320/1964	222
7.2.	Classificação da despesa quanto à natureza - Portaria 163/2001 - Visão Geral	225
7.2.1.	Grupo natureza da despesa - 2º nível da classifi- cação da despesa quanto à natureza	227
7.2.2.	Modalidade de aplicação - 3º nível da classificação da despesa quanto à natureza	230
7.2.3.	Elemento da despesa - 4º nível da classificação da despesa quanto à natureza	234
7.2.4.	Situação especial - gastos efetivos e não efetivos	237

8.	Classificação da despesa por identificador de resultado primário	240
9.	Classificação da despesa quanto aos efeitos sobre o patrimônio público: efetivas e não efetivas (por mutação)	242
10.	Tabela-síntese da classificação da despesa	244
11.	Lista de questões objetivas	247
12.	Lista de questões discursivas	285



CAPÍTULO 9

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 287

1.	Etapas e estágios da despesa orçamentária	287
2.	Etapa de planejamento	288
2.1.	Estágio de fixação	288
2.2.	Estágio de descentralização de créditos orçamentários	289
2.3.	Programação orçamentária e financeira	293
2.4.	Estágio da licitação	293
3.	Etapa de execução	295
3.1.	Estágio do empenho	295
3.2.	Estágio da liquidação	298
3.3.	Estágio do pagamento	299
4.	Etapa de controle e avaliação	300
5.	Considerações finais	300
5.1.	Despesas orçamentárias	300
5.2.	Despesas extraorçamentárias	301
6.	Corolário	301
7.	Lista de questões objetivas	301
8.	Lista de questões discursivas	324



CAPÍTULO 10

RESTOS A PAGAR 329

1.	Conceito	329
2.	Controles gerais sobre restos a pagar previstos na LRF	332
3.	Controles específicos sobre os restos a pagar processados	333
4.	Controles específicos sobre os restos a pagar não processados	335
4.1.	Tratamento após a inscrição: regra a contar de 31/12/2018 ...	336
5.	Restos a pagar de despesas plurianuais	341
6.	Prescrição e cancelamento de restos a pagar	343
7.	Cancelamento, “reinscrição” de restos a pagar e reaproveitamento de restos a pagar	345
8.	Lista de questões objetivas	347
9.	Lista de questões discursivas	365



CAPÍTULO 11

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	371
1. Conceito	371
2. Situação 1 – despesas que não se tenham processado na época própria	372
3. Situação 2 – restos a pagar com prescrição interrompida	372
4. Situação 3 – compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício	373
5. Lista de questões objetivas	376
6. Lista de questões discursivas	387



CAPÍTULO 12

SUPRIMENTO DE FUNDOS	391
1. Conceito	391
2. Suprimento de fundos: fases	393
2.1. Concessão	394
2.2. Aplicação	400
2.3. Comprovação	400
3. Lista de questões objetivas	403
4. Lista de questões discursivas	422

Unidade III

ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

CAPÍTULO 13

DOS SISTEMAS DE CONTAS ATÉ AS NATUREZAS DAS CONTAS	427
1. Origens da natureza das contas	427
2. Os subsistemas ainda existem?	430
3. Características gerais dos subsistemas e das naturezas das contas	431
4. Aplicando o método das partidas dobradas	431
5. Subsistemas e naturezas de contas	434
6. Corolário	440
7. Lista de questões objetivas	440

CAPÍTULO 14

TRANSAÇÕES CONTÁBEIS	461
1. Conceito	461

2.	Natureza das transações no setor público	461
2.1.	Variações patrimoniais	462
2.2.	Transações que envolvem valores de terceiros	463
3.	Variações patrimoniais	466
3.1.	Fatos modificativos, permutativos e mistos	467
3.2.	Variações quantitativas	471
3.2.1.	Variações quantitativas orçamentárias: receitas e despesas efetivas	472
3.2.2.	Variações quantitativas extraorçamentárias: superveniências e insubsistências do ativo e do passivo	473
3.3.	Variações qualitativas	477
3.3.1.	Variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária	477
3.3.2.	Variações qualitativas extraorçamentárias	479
3.3.2.1.	Receitas e despesas extraorçamentárias	479
3.3.2.2.	Casos especiais de transações extraorçamentárias	480
3.4.	Interferências ativas e passivas	481
4.	Resultado patrimonial	486
5.	Corolários	486
6.	Lista de questões objetivas	488

CAPÍTULO 15

PLANO DE CONTAS	519	
1.	Conceito	519
2.	Objetivos	519
3.	Competência para instituição e manutenção do PCASP	520
4.	Alcance	520
5.	Hierarquia de normas	522
6.	Teoria das contas e o PCASP	523
7.	Estrutura do pcasp: conta contábil	524
7.1.	Conta contábil e seus níveis	524
7.2.	Detalhamento de contas no PCASP	528
7.3.	Consolidação	529
8.	Atributos da conta contábil	536
8.1.	Atributos conceituais	536
8.2.	Atributos legais	537
8.2.1.	Contas financeiras e permanentes	537

8.2.2. Indicador da dívida consolidada líquida	538
9. Estrutura do PCASP: 1º nível	540
10. Estrutura PCASP: 2º nível – grupos	542
10.1. Grupos de natureza patrimonial	542
10.2. Grupos de natureza orçamentária	546
10.3. Grupos de natureza de controle	547
11. Regras de integridade do PCASP	550
11.1. Lançamentos contábeis	550
11.2. Pagamento e recebimento	550
11.3. Desenvolvimento de equações contábeis	550
11.4. Consistência dos registros e saldos de contas	552
12. Corolário	553
13. Lista de questões objetivas	553

CAPÍTULO 16

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL 595

1. Características qualitativas e restrições	595
2. Características qualitativas	596
2.1. Relevância	597
2.2. Representação fidedigna	598
2.3. Compreensibilidade	599
2.4. Tempestividade	600
2.5. Comparabilidade	601
2.6. Verificabilidade	602
3. Restrições acerca da informação incluída nos RCPGS	604
3.1. Materialidade	604
3.2. Custo-benefício	605
3.3. Equilíbrio entre as características qualitativas	606
4. Lista de questões objetivas	607



CAPÍTULO 17

OPERAÇÕES TÍPICAS 617

1. Conceito	619
2. Bloco da receita orçamentária	621
2.1. Receitas efetivas e não efetivas	621
2.2. Receitas em que o fato gerador ocorre antes da arrecadação	628
3. Bloco da despesa orçamentária	631

3.1.	Despesas em que o fato gerador da obrigação coincide com a liquidação	631
3.2.	Despesas em que o fato gerador da obrigação ocorre antes da liquidação	644
3.3.	Despesas em que o fato gerador da obrigação ocorre antes do empenho	654
3.4.	Movimentação de crédito	662
4.	Bloco das operações extraorçamentárias	665
4.1.	Depreciação e <i>impairment</i>	665
4.2.	Reavaliação	665
4.3.	Recebimento e doação de bens	666
4.4.	Restos a pagar processados	667
4.5.	Restos a pagar não processados em que o fato gerador da obrigação ocorre na liquidação	673
4.6.	Restos a pagar não processados em que o fato gerador da obrigação ocorre antes da liquidação	681
4.7.	Depósitos e cauções	689
4.8.	Aro	690
5.	Bloco especial	691
5.1.	Ciclo da disponibilidade de recursos	691
5.2.	Contratos	694
5.3.	Dívida ativa	694
5.4.	Operações de crédito	698
5.5.	Alienação de bens com ganho de capital	701
5.6.	Créditos adicionais	701
6.	Lista de questões objetivas	703
7.	Lista de questões discursivas	736



CAPÍTULO 18

REGIMES CONTÁBEIS: ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO E ENFOQUE PATRIMONIAL 741

1.	Regimes contábeis da ciência contábil	741
1.1.	Enfoque orçamentário	742
1.2.	Enfoque patrimonial	742
2.	Receita sob o enfoque patrimonial	747
2.1.	Fato gerador da receita antes da arrecadação: IPTU a receber	748
2.2.	Fato gerador da receita na arrecadação	749
2.3.	Fato gerador da receita após a arrecadação	750
3.	Despesa sob o enfoque patrimonial	752

3.1.	Fato gerador da despesa antes do empenho	752
3.2.	Fato gerador da despesa na liquidação	754
3.3.	Fato gerador da despesa após a liquidação (em alguns casos após o pagamento)	756
4.	Registros patrimoniais decorrentes das despesas orçamentárias de exercícios anteriores (DEA)	760
4.1.	Despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria	760
4.2.	Restos a pagar com prescrição interrompida	761
4.3.	Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente	761
5.	Corolário	762
6.	Lista de questões objetivas	764
7.	Lista de questões discursivas	782

Unidade Didática IV

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E AUDITORIA CONTÁBIL-FINANCEIRA

CAPÍTULO 19

ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ESTRUTURA CONCEITUAL	787	
1.	Considerações iniciais	787
2.	Ativo	788
2.1.	Recurso	788
2.2.	Controle	789
2.3.	Evento passado	790
3.	Passivo	792
3.1.	Obrigação presente	792
3.1.1.	Obrigações legais	792
3.1.2.	Obrigações não legalmente vinculadas	793
3.2.	Evento passado	794
3.3.	Saída de recursos da entidade	794
3.4.	Situação patrimonial líquida	796
3.5.	Outros recursos e outras obrigações	796
4.	Receita e despesa	796

4.1. Superávit ou déficit do exercício	796
5. Contribuição dos proprietários e distribuição aos proprietários	798
6. Lista de questões objetivas	799

CAPÍTULO 20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ASPECTOS GERAIS 807

1. Antecedentes	807
2. Conceitos iniciais relacionados às demonstrações contábeis	814
3. Propósito das demonstrações contábeis	816
4. Responsabilidade pelas demonstrações contábeis	816
5. Considerações gerais	817
5.1. Apresentação apropriada e conformidade com as normas contábeis	817
5.2. Continuidade	818
5.3. Consistência de apresentação	819
5.4. Materialidade e agregação	819
5.5. Compensação de valores	819
5.6. Informação comparativa	820
5.7. Identificação das demonstrações contábeis	821
5.8. Período contábil para a apresentação das demonstrações	821
5.9. Tempestividade (oportunidade)	822
6. Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis	824
6.1. Seleção e natureza da informação	824
6.2. Informação selecionada para exposição ou evidenciação	825
6.3. Localização da informação	826
6.4. Organização da informação	826
7. Lista de questões objetivas	828

CAPÍTULO 21

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 831

1. Conceitos gerais	831
2. Estrutura	832
2.1. Conforme a Lei 4.320/1964	832
2.2. Conforme o MCASP e os anexos atualizados da Lei 4.320/1964	834
3. Análise da demonstração	840
3.1. Índices relacionados ao desempenho execução orçamentária da receita e da despesa	840

3.2. Regra de ouro, capitalização, endividamento, resultado primário	843
3.2.1. Capitalização	844
3.2.2. Regra de ouro	844
3.2.3. Endividamento	846
3.2.4. Resultado primário	847
4. Medidas de desempenho fiscal	853
5. Abertura de créditos adicionais e seus reflexos sobre o balanço orçamentário: o desequilíbrio orçamentário	856
6. Elaboração	859
7. Notas explicativas	859
8. Lista de questões objetivas	860

CAPÍTULO 22

BALANÇO FINANCEIRO	897
1. Conceitos gerais	897
2. Estrutura	898
2.1. Conforme a Lei 4.320/1964	898
2.2. Conforme o MCASP	899
3. Análise da demonstração	902
3.1. Compreensão quanto à inclusão dos restos a pagar inscritos como receitas extraorçamentárias	902
3.2. Análises Específicas	906
4. Elaboração	911
5. Notas explicativas	911
6. Lista de questões objetivas	912

CAPÍTULO 23

BALANÇO PATRIMONIAL	947
1. Conceitos gerais	947
2. Estrutura, análise e elaboração	947
2.1. Conceitos específicos	947
2.2. Conforme a Lei 4.320/1964	948
2.3. Conforme o MCASP	953
3. Apuração do superávit financeiro: por meio do balanço patrimonial e por meio das disponibilidades por fonte de recursos	965
4. Notas explicativas	968
5. Corolários	969
6. Lista de questões objetivas	969



CAPÍTULO 24

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 1009

1. Conceitos gerais	1009
2. Estrutura, análise e elaboração	1009
2.1. Conceitos específicos – NBCT SP	1009
2.2. Conforme o MCASP	1010
3. Resultado patrimonial	1013
4. Notas explicativas	1014
5. DVP conforme a Lei 4.320/1964	1018
5.1. Análise da DVP original	1025
6. Lista de questões objetivas	1028
7. Lista de questões discursivas	1093

CAPÍTULO 25

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 1113

1. Estrutura, análise e elaboração	1113
1.1. Pela NBCT SP 12	1114
1.2. Pelo MCASP (STN)	1114
2. Casos Especiais	1126
2.1. Fluxos de caixa em moeda estrangeira	1126
2.2. Juros e dividendos ou distribuições similares	1126
2.3. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa	1127
2.4. Aquisição e venda de entidade controlada e outras unidades operacionais	1127
2.5. Componente de caixa e equivalentes de caixa	1127
2.6. Duodécimos	1128
3. Notas explicativas	1128
4. Lista de questões objetivas	1129

CAPÍTULO 26

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO . 1167

1. Estrutura e elaboração	1167
1.1. Conforme o MCASP	1168
2. Análise da demonstração	1170
3. Notas explicativas	1173
4. Lista de questões objetivas	1174

CAPÍTULO 27**NOTAS EXPLICATIVAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO 1179**

1. Conceito	1179
2. Conceito e estrutura conforme o MCASP	1179
2.1. Gestão de capital	1180
2.2. Outras divulgações	1180
3. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	1181
3.1. Evidenciação de políticas contábeis	1181
3.2. Evidenciação de estimativas	1183
3.3. Evidenciação de erros	1184
4. Lista de questões objetivas	1189

CAPÍTULO 28**CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1195**

1. Conceitos	1195
2. Conforme o MCASP	1195
3. Consolidação conforme a LRF	1200
4. Conceitos previstos na NBCT SP 17	1202
4.1. Alcance	1203
4.2. Acordo vinculante	1204
4.3. Entidade econômica	1204
4.4. Controle	1204
4.4.1. Poder	1204
4.4.2. Benefícios	1206
4.4.3. Relação entre poder e benefícios	1207
4.5. Critérios contábeis	1208
4.6. Procedimentos de consolidação	1208
4.7. Políticas contábeis uniformes	1208
4.8. Mensuração	1208
4.9. Data das demonstrações contábeis	1209
5. Lista de questões objetivas	1210

**CAPÍTULO 29****AUDITORIA CONTÁBIL-FINANCEIRA, ASSEGURAÇÃO E CONTROLE INTERNO 1217**

1. Processo (“projeto”) de auditoria	1217
2. Tipos de auditoria e asseguaração	1218

3.	Auditoria contábil-financeira no setor público	1223
3.1.	Conceitos	1223
3.2.	Conceito e tipos de distorções	1224
3.3.	Fases e planejamento	1226
3.4.	Tipos de testes	1227
3.5.	Materialidade: do planejamento à certificação	1229
3.5.1.	Aplicação na materialidade no âmbito federal: do planejamento à certificação	1231
4.	O controle interno sob enfoque contábil	1241
4.1.	Classificação	1241
4.2.	Estrutura e componentes	1242
5.	Lista de questões objetivas	1244
6.	Lista de questões discursivas	1248

Unidade Didática V

AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DE CUSTOS

CAPÍTULO 30

	AVALIAÇÃO PATRIMONIAL: BASES DE MENSURAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA CONCEITUAL	1253
1.	Conceitos iniciais	1253
2.	Fatores das bases de mensuração	1259
2.1.	Valores de entrada e de saída	1259
2.1.1.	Ativo	1259
2.1.2.	Passivo	1260
2.2.	Medidas observáveis e não observáveis	1261
2.3.	Medidas específicas e não específicas para a entidade	1262
3.	Bases de mensuração para os ativos	1262
3.1.	Custo histórico	1262
3.2.	Valor de mercado	1264
3.3.	Custo de reposição ou substituição	1266
3.4.	Preço líquido de venda	1267
3.5.	Valor em uso	1268
3.6.	Tabela-resumo das bases de mensuração de ativos	1271
3.7.	Considerações finais	1276
4.	Bases de mensuração para os passivos	1276

4.1.	Custo histórico	1276
4.2.	Custo de cumprimento da obrigação	1277
4.3.	Valor de mercado	1278
4.4.	Custo de liberação	1279
4.5.	Preço presumido	1280
4.6.	Tabela-resumo das bases de mensuração de passivos	1281
4.7.	Considerações finais	1285
5.	Lista de questões objetivas	1286



CAPÍTULO 31

AVALIAÇÃO PATRIMONIAL: ELEMENTOS PATRIMONIAIS 1291

1.	Conceitos iniciais	1291
2.	Avaliação dos componentes patrimoniais na Lei 4.320/1964	1292
3.	Avaliação e mensuração de ativos e passivos do setor público conforme as NBCTSP e o MCASP	1293
3.1.	Avaliação e Mensuração das disponibilidades	1294
3.2.	Avaliação e Mensuração dos créditos e obrigações	1295
3.3.	Avaliação e Mensuração dos estoques	1296
3.4.	Avaliação e Mensuração dos investimentos permanentes	1297
3.4.1.	Método da equivalência patrimonial	1297
3.4.2.	Método do custo	1298
3.5.	Avaliação e mensuração do imobilizado	1298
3.6.	Avaliação e mensuração do intangível	1299
4.	Tabela-resumo das avaliações e mensurações de ativos e passivos	1301
5.	Lista de questões objetivas	1303
6.	Lista das questões discursivas	1326



CAPÍTULO 32

AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS: ASPECTOS AVANÇADOS 1331

1.	Considerações iniciais	1331
2.	Orientações avançadas sobre estoques	1331
2.1.	Conceito iniciais	1331
2.2.	Custo dos estoques	1332
2.3.	Ajustes de perdas de estoques	1334
2.4.	Reconhecimento no resultado	1334
2.5.	Evidenciação	1335

3.	Orientações avançadas sobre ativo imobilizado	1337
3.1.	Reconhecimento	1339
3.1.1.	Princípio geral de reconhecimento	1339
3.1.2.	Critério do valor conjunto	1339
3.2.	Mensuração	1339
3.2.1.	Mensuração inicial do custo do ativo imobilizado	1341
3.2.2.	Mensuração após o reconhecimento inicial	1343
3.2.2.1.	Custos subsequentes	1344
3.3.	Bens de uso comum	1344
3.3.1.	Ativos de infraestrutura	1344
3.3.2.	Bens do patrimônio cultural	1345
3.4.	Desreconhecimento	1346
3.5.	Evidenciação	1346
4.	Orientações avançadas sobre ativo intangível	1349
4.1.	Identificação	1350
4.2.	Reconhecimento do ativo intangível	1351
4.2.1.	Aquisição separada	1352
4.2.2.	Geração interna	1352
4.2.3.	Aquisição por meio de transações sem contraprestação	1354
4.3.	Permuta de ativos intangíveis	1355
4.4.	Patrimônio cultural intangível	1356
4.5.	Mensuração do ativo intangível	1357
4.5.1.	Mensuração inicial do custo do ativo intangível	1357
4.5.2.	Mensuração após o reconhecimento inicial	1357
4.6.	Desreconhecimento do ativo intangível	1357
4.7.	Evidenciação de ativo intangível	1358
5.	Propriedade para investimentos	1358
5.1.	Conceitos	1359
5.2.	Identificação de uma propriedade de investimento	1359
5.3.	Reconhecimento	1361
5.4.	Mensuração	1361
5.4.1.	Mensuração no reconhecimento inicial	1361
5.4.2.	Mensuração após o reconhecimento inicial	1363
5.4.2.1.	Modelo custo	1363
5.4.2.2.	Modelo do valor justo	1364
5.5.	Reclassificação	1366

5.6.	Desreconhecimento	1369
5.7.	Evidenciação	1370
5.7.1.	Modelo do valor justo	1371
5.7.2.	Modelo do custo	1372
6.	Lista de questões objetivas	1372
7.	Lista de questões discursivas	1384



CAPÍTULO 33

DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO 1391

1.	Aplicação	1391
2.	Conceitos iniciais	1391
3.	Depreciação	1397
3.1.	Métodos de depreciação	1400
3.2.	Aspectos práticos da depreciação	1403
4.	Exaustão	1404
5.	Amortização	1404
5.1.	Determinação da vida útil	1405
5.2.	Amortização de ativo intangível (com vida útil definida)	1406
5.3.	Métodos de amortização	1406
5.4.	Determinação do valor residual	1407
5.5.	Revisão do período e do método	1407
5.6.	Ativo intangível com vida útil indefinida	1407
5.7.	Revisão da vida útil	1408
6.	Lista de questões objetivas	1408
7.	Lista de questões discursivas	1429



CAPÍTULO 34

REAVALIAÇÃO E IMPAIRMENT 1435

1.	Conceitos iniciais	1435
2.	Reavaliação do imobilizado	1436
2.1.	Registro contábil da reavaliação do ativo imobilizado	1438
3.	Reavaliação do intangível	1440
3.1.	Registro contábil da reavaliação de ativos intangíveis	1441
3.2.	Ativo intangível mensurado após o reconhecimento utilizando o modelo da reavaliação	1442
4.	Redução ao valor recuperável	1442
4.1.	Mensuração	1445
4.1.1.	Mensuração de ativo não gerador de caixa	1446

4.1.1.1.	Identificação de perda ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa	1446
4.1.1.2.	Mensuração do valor recuperável do ativo não gerador de caixa	1448
4.1.1.3.	Reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa	1450
4.1.1.4.	Reversão da perda por redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa	1451
4.1.2.	Mensuração de ativo gerador de caixa	1454
4.1.2.1.	Identificação de perda ao valor recuperável de ativo gerador de caixa	1454
4.1.2.2.	Mensuração do valor recuperável do ativo gerador de caixa	1455
4.1.2.3.	Reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável do ativo gerador de caixa	1457
4.1.2.4.	Reversão de impairment para ativos geradores de caixa	1459
4.2.	Reclassificação de ativos	1461
4.3.	Evidenciação	1461
5.	Tabela-resumo de reavaliação, <i>impairment</i> e depreciação, amortização e exaustão	1462
6.	Lista de questões objetivas	1465
7.	Lista de questões discursivas	1474



CAPÍTULO 35

PROVISÃO, PASSIVO CONTINGENTE E ATIVO CONTINGENTE 1485

1.	Provisão	1485
1.1.	Reconhecimento	1485
1.2.	Mensuração	1487
1.2.1.	Ajuste a valor presente	1487
1.2.2.	Mudanças nas provisões	1488
1.3.	Evidenciação	1489
2.	Passivo contingente	1490
3.	Ativo contingente	1492
4.	Casos especiais de provisões e passivos contingentes	1493
4.1.	Reestruturação (caso de provisão)	1493
4.2.	Responsabilidade solidária (caso de passivo contingente)	1494

4.3.	Repartição de crédito tributário (caso de provisão)	1494
4.3.1.	Impactos no ente transferidor (no caso um estado)	1495
4.3.2.	Impactos no ente receptor (no caso um município)	1497
4.4.	Provisão matemática financeira (caso de provisão)	1497
5.	Lista de questões objetivas	1499
6.	Lista de questões discursivas	1514

CAPÍTULO 36

INVENTÁRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL 1519

1.	Conceito e objetivos do inventário físico	1519
2.	Tipos de inventários físicos	1521
2.1.	O inventário como instrumento (de cunho) gerencial	1522
3.	Formas de recebimento, distribuição e desfazimento do material	1522
3.1.	Recebimento do material: conceito e formas	1523
3.2.	Distribuição: conceito e formas	1524
3.3.	Destinação e desfazimento do material: formas previstas na legislação	1525
3.3.1.	Inutilização ou abandono	1527
4.	Controle do material	1531
4.1.	Controle do material na IN nº 205 SEDAP/PR 1988	1531
4.2.	Controle do material na Lei 4.320/1964	1532
5.	Material permanente e material de consumo: características	1533
5.1.	Identificação dos equipamentos e materiais permanentes	1535
6.	Casos especiais referentes à classificação por natureza de despesa	1536
6.1.	Serviços de terceiros <i>versus</i> material de consumo e permanente	1538
6.2.	Obras e instalações <i>versus</i> serviços de terceiros	1539
6.3.	Despesa de exercícios anteriores <i>versus</i> indenizações e restituições <i>versus</i> elemento próprio	1540
7.	Fases do inventário e princípios	1542
8.	Lista de questões objetivas	1546



CAPÍTULO 37

CUSTOS NO SETOR PÚBLICO 1559

1.	Sistema de custos no governo federal: estrutura e atribuições.	1559
1.1.	Contextualização	1559
1.2.	Antecedentes: aspectos legais do sistema de custos	1560
1.3.	Estrutura do Sistema de Custos do Governo Federal	1562

2.	Subsistema de informação de custos do setor público (SICSP) à luz da NBCT 16.11 (2011) e do manual de custos (2018)	1566
2.1.	Elementos do SICSP	1567
2.2.	Características e atributos da informação de custos	1579
2.3.	Evidenciação das informações de custos	1581
2.4.	Princípio de competência	1581
2.5.	Cota de distribuição de custos indiretos	1582
2.6.	Variação da capacidade produtiva	1583
2.7.	Integração com os demais sistemas organizacionais	1584
2.8.	Implantação do subsistema de custos	1584
2.9.	Responsabilidade pela informação de custos	1584
2.10.	Demonstração do resultado econômico	1588
3.	Sistema de custos do setor público à luz da NBC TSP 34 e do manual de gerenciamento de custos (2022)	1589
3.1.	Regime de competência	1591
3.2.	Usuários do Sistema de Custos	1592
3.3.	Objetivos do Sistema de Custos	1592
3.4.	Características qualitativas da informação de custos	1593
3.5.	Centro de custos	1593
3.6.	Metodologia de custeio	1593
3.7.	Definição dos objetos de custos	1594
3.8.	Classificação dos custos	1595
3.9.	Atribuição dos custos	1595
3.10.	Integração com outras bases de dados	1596
4.	Corolário	1596
5.	Lista de questões objetivas	1596
6.	Lista de questões discursivas	1612

Unidade Didática VI

TÓPICOS ESPECIAIS

CAPÍTULO 38

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	1619
1. Introdução	1619
2. Aplicação dos princípios	1620
3. Os princípios de contabilidade	1623

3.1.	Princípio da entidade	1623
3.2.	Princípio da continuidade	1623
3.3.	Princípio da oportunidade	1624
3.4.	Princípio do registro pelo valor original: princípio da adequabilidade da base de mensuração	1625
3.5.	Princípio da competência	1630
3.6.	Princípio da prudência	1631
4.	Lista de questões objetivas	1632

CAPÍTULO 39

DEDUÇÃO DA RECEITA 1653

1.	Conceitos iniciais	1653
2.	Deduções da receita	1655
2.1.	Restituições de receitas orçamentárias	1655
2.2.	Retificação	1657
2.3.	Recursos cuja tributação e arrecadação competem a um ente da federação, mas são atribuídos a outro(s) ente(s)	1658
2.4.	Renúncia de receita	1659
2.4.1.	Contabilização da renúncia da receita no plano de contas	1661
3.	Lista de questões objetivas	1664

CAPÍTULO 40

RECEITAS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO 1667

1.	Conceito	1667
2.	Reconhecimento e mensuração	1668
2.1.	VPA e custos envolvidos em transações sem contraprestação	1668
2.2.	Ativo oriundo de transação sem contraprestação	1668
2.3.	Passivos oriundos de transações sem contraprestação	1670
2.4.	Tributos	1670
2.5.	Pagamento antecipado	1673
2.6.	Transferências	1673
2.6.1.	Repartição tributária	1674
2.6.2.	Transferências voluntárias	1680
2.6.3.	Doações	1682
2.6.4.	Multas	1683
3.	Evidenciação	1683
4.	Lista de questões objetivas	1685

CAPÍTULO 41

RECEITAS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO	1693
1. Conceito	1693
2. Reconhecimento da VPA	1694
3. Mensuração	1697
4. Evidenciação	1697
5. Lista de questões objetivas	1698

CAPÍTULO 42

PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS	1701
1. Introdução	1701
2. Concessões de serviços públicos	1701
2.1. Tipos de Concessões	1701
2.1.1. PPP	1701
2.1.2. Concessões comuns	1703
2.2. Termos importantes	1704
2.3. Contabilização de PPP: reconhecimento de ativo pelo parceiro público	1705
2.4. Contabilização de PPP: reconhecimento de passivo pelo parceiro público	1707
2.5. Contabilização de PPP: classificação das despesas	1707
2.6. Contabilização de PPP: riscos (dcdco)	1708
2.7. Contabilização de PPP: prestação de garantias	1709
2.8. Contabilização de PPP: escrituração das operações típicas ...	1711
2.8.1. Contrato e garantias	1711
2.8.2. Contrato da PPP (lançamento horizontal)	1711
2.8.3. Parcela da contraprestação referente ao ativo da concessão e/ou aporte de recursos	1712
2.8.4. Parcela da contraprestação referente ao pagamento dos serviços	1713
2.9. Evidenciação	1714
3. Operações de crédito	1717
4. Custos dos empréstimos	1727
4.1. Conceitos	1727
4.2. Reconhecimento	1727
4.2.1. Tratamento padrão	1728
4.2.2. Tratamento alternativo dos custos dos empréstimos	1730
4.2.2.1. Custos de empréstimos capitalizáveis	1730

4.2.2.2. Início da capitalização	1731
4.2.2.3. Suspensão da capitalização	1731
4.2.2.4. Término da capitalização	1732
4.3. Evidenciação	1734
5. Dívida ativa	1735
5.1. Aspectos orçamentários	1735
5.2. Aspectos contábeis	1739
5.2.1. Escrituração contábil – métodos	1740
5.2.2. Escrituração contábil – registro da inscrição	1740
5.2.3. Escrituração contábil – casos especiais	1744
6. Regime próprio de previdência social	1750
6.1. Aspectos orçamentários	1751
6.1.1. Reserva orçamentária do RPPS	1753
6.1.2. Recursos arrecadados em exercícios anteriores – RAEA – RPPS	1754
6.2. Aspectos contábeis	1754
6.3. Cobertura de déficits previdenciários	1761
6.3.1. Segregação de massas	1761
7. Fundeb	1764
7.1. Aspectos contábeis	1768
8. Consórcios públicos	1772
8.1. Aspectos orçamentários	1774
8.2. Aspectos patrimoniais	1776
9. Precatórios em regime especial	1779
9.1. Escrituração dos principais registros	1780
10. Lista de questões objetivas	1787

CAPÍTULO 43

REGISTROS CONTÁBEIS REFERENTES A TRANSAÇÕES SEM EFE- TIVO FLUXO DE CAIXA 1805

1. Conceito	1805
2. Registros contábeis das operações	1806
2.1. Caso geral	1806
2.2. Reconhecimento do crédito no mesmo exercício financeiro do pagamento a maior, e realização da compensação no exercício seguinte	1808
2.3. Multas contratuais retidas em pagamento a fornecedor	1809

Unidade Didática VII

**SISTEMAS E MECANISMOS
CONTÁBEIS NA UNIÃO****CAPÍTULO 44**

SISTEMA DE CONTABILIDADE FEDERAL	1813
1. Sistemas organizacionais	1813
2. O sistema de contabilidade federal: papéis da STN e dos órgãos setoriais	1816
3. Outras atribuições dos integrantes do Sistema de Contabilidade Federal	1824
4. Lista de questões objetivas	1826

**CAPÍTULO 45**

SIAFI	1837
1. Histórico do SIAFI	1837
1.1. Antecedentes	1838
1.2. Implantação do SIAFI	1838
2. Conceito	1840
3. Objetivos	1840
4. Estrutura do sistema	1841
5. Modalidades de uso do SIAFI e formas de acesso	1842
5.1. Modalidades de uso do SIAFI	1843
5.2. Formas de acesso da UG ao SIAFI	1844
6. Segurança do sistema	1846
6.1. Instrumentos e princípios	1846
6.2. Horário de funcionamento	1847
6.3. O Sistema SENHA e os usuários do SIAFI	1847
6.3.1. Cadastradores e operadores: responsabilidades	1850
6.3.2. Acesso ao SIAFI permitido por lei para entidades privadas	1852
6.3.3. Acesso ao SIAFI permitido para organismos internacionais	1853
6.4. Fornecimento de dados	1853
7. Conformidade de registros de gestão e conformidade contábil	1855
8. Documentos utilizados pelo sistema	1859
8.1. GRU	1861
9. Lista de questões objetivas	1863
10. Lista de questões discursivas	1882

CAPÍTULO 46

TABELA DE EVENTOS	1885
1. Conceito	1885
2. Estrutura do evento	1886
3. Fundamentos lógicos	1887
3.1. Classes de eventos	1887
3.1.1. Relação entre documentos e eventos	1890
3.1.2. Exemplo de lançamentos	1894
3.2. Tipo de utilização	1896
3.3. Código sequencial	1897
3.4. Considerações finais sobre os fundamentos lógicos	1897
4. Lista de questões objetivas	1899

CAPÍTULO 47

CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL	1915
1. Conceitos	1915
2. Aspectos constitucionais, legais e infralegais	1916
3. Contas especiais (recursos federais fora da Conta Única)	1918
4. Subcontas na conta única	1920
5. Aspectos específicos da programação financeira	1921
6. Encerramento de contas correntes	1922
7. Movimentação de recursos na Conta Única	1923
7.1. Ordem bancária	1924
7.1.1. Tipos de ordem bancária	1925
7.1.2. Cancelamento de OB	1927
8. Aplicação financeira na Conta Única	1929
9. Conciliação bancária	1930
10. Lista de questões objetivas	1931

CAPÍTULO 48

BALANCETE	1949
1. Características	1949
2. Conteúdo e forma	1950
3. Lista de questões objetivas	1954
BIBLIOGRAFIA	1959